

**Política municipal de Ilhéus em fins do século XIX e início do século XX:  
Adamismo X Pessoismo**

Zidelmar Alves Santos<sup>1</sup>

**Introdução**

O coronelismo é um tema de constantes discussões no que diz respeito às intrincadas manifestações de poder no município de São Jorge dos Ilhéus em fins do século XIX e início do século XX. Segundo Falcón, o coronelismo percebido “como manifestação singular do poder no Brasil, é um tema permanentemente revisitado pelos historiadores e cientistas políticos e continua a guardar hoje grande atualidade” (FALCÓN, 1995, p.13).

Tanto a nomeação (pela Guarda Nacional) quanto a força dos coronéis estavam intrinsecamente ligadas à posse da terra e ao prestígio que os mesmos possuíam dentro dos municípios. Entretanto, uma prática comum no começo do século XX na Bahia, foi a venda de patentes, o que explica o “boom” no número de coronéis na região cacauífera.

A figura do coronel permanecia como antítese à figura do chefe municipal, posto que ambos representavam a personificação dos poderes privado e público respectivamente. Entretanto, a força do coronel se sobressai em relação ao chefe municipal (quando o mesmo não o era), visto que ele “comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*” (LEAL, 1997, p. 42).

**Coronelismo**

Ao tratar a temática do coronelismo no município de Ilhéus, torna-se imprescindível ressaltar que este estudo visa abordar o tema sob o viés apresentado por Victor Nunes Leal em sua obra clássica: *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*.

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Ilhéus, BA. E-mail: [zid175@hotmail.com](mailto:zid175@hotmail.com).

A obra, originalmente apresentada como tese universitária em 1948, aponta a concepção de coronelismo concebida por Leal: o coronelismo apresentado enquanto “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”. Esta abordagem apresentada por Leal, põe em evidência a manifestação (e não resistência) do poder privado e sua adaptação e coexistência com “um regime político de extensa base representativa” (LEAL, 1997, p.40).

Destarte, o coronelismo pode ser percebido como uma “troca de favores” entre os poderes público e privado. Apesar dessa peculiaridade, as origens do coronelismo no Brasil estão intrinsecamente ligadas à implantação da Guarda Nacional em 1831.

Faoro expõe que o “fenômeno coronelista não é novo” e que o “coronel recebe seu nome da Guarda Nacional, cujo chefe, do regimento municipal, investia-se daquele posto, devendo a nomeação recair sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza, à medida que se acentua o teor de classe da sociedade” (FAORO, 1995, p. 621).

Deste modo, a elite tradicional da sociedade ilheense - neste caso, a família Sá - no decorrer do império e início do período republicano, tinha os requisitos necessários para adquirir patentes da guarda nacional: riqueza, família de tradição econômica na sociedade colonial, inclusive com serviços prestados aos reis de Portugal e fortuna obtida “nas minas de ouro de Minas Gerais” (MAHONY, 2007, p. 745).

### **Adamismo X Pessoismo**

Em Ilhéus, no período de transição do império à república, destaca-se a luta política pelo domínio da máquina eleitoral entre dois partidos políticos distintos: conservadores e liberais, (posteriormente, com o advento da República, federalistas e constitucionalistas), partidos estes que tinham como líderes incondicionais, os coronéis Domingos Adami de Sá e Antonio Pessoa da Costa e Silva respectivamente.

Ribeiro aponta que no interior desses partidos existiam facções opostas: os *adamistas* e os *pessoistas*. Estas facções eram integradas pelos grandes latifundiários do município. Salienta que o personalismo dos líderes políticos acima citados, explica as denominações de ambas as facções (RIBEIRO, 2001, p. 80-81).

Os adamistas/conservadores eram liderados pela família Sá *Bittencourt e Câmara*, que, segundo o mesmo autor, tinha seu poder “justificado” pela tradição

econômica da família, visto que a mesma era de “grande influência na política nacional” (RIBEIRO, 2001, p. 80).

Descendentes de senhores de engenho e ex-escravocratas, os “Sá” desenvolveram um sistema de alianças matrimoniais baseado no casamento endogâmico e nas relações de compadrio. Isto gerou ao seu redor o que podemos chamar de família extensa. Entre as famílias que desenvolveram relações de parentesco e compadrio, resultando na família extensa Sá, estão as famílias: *Homem d’El Rei, Lavigne, Hohlenwerger, Adami e Sá Bittencourt e Câmara*.

As famílias *Amaral e Bastos* e os coronéis Ramiro Castro e Antonio Pessoa, lideravam o partido liberal. Antonio Pessoa, principal líder do partido, edificou sua liderança com base em seus princípios morais. Além do mais, sua postura abolicionista e origem humilde evidenciava tendências opostas em relação à família Sá:

Quadro 1: *Adamistas X Pessoistas*.

<i>Adamistas</i>	<i>Pessoistas</i>
Família de tradição aristocrata.	Família de origem humilde
Ex-escravocratas.	Abolicionistas
Riqueza proveniente da posse de grandes extensões de terra e do controle de diversas instituições. Ex: Guarda Nacional.	Riqueza proveniente do esforço próprio, pelo trabalho, sem auxílio de parentes ricos ou recursos públicos.

Fonte: RIBEIRO, 2001 & 2005.

## Os idos de 1900

O ano de 1900 foi impar na história de Ilhéus. O coronel Antonio Pessoa tomou posse como intendente municipal. Ele havia vencido o coronel Adami no pleito eleitoral do ano anterior com uma vantagem considerável de votos. Esta vitória intensificou ainda mais a disputa política pelo controle do executivo municipal.

O coronel Pessoa venceu em 3 dos 4 distritos eleitorais<sup>2</sup>. Contudo, no Almada “venceu de longe a oposição, pelo que as eleições deste distrito foram acoimadas de falsas pelos contrários”. Neste ano

---

<sup>2</sup> Os distritos eram: Cidade, Iguape, Cachoeira de Itabuna e Almada.

“Foi eleito intendente por 436 votos o coronel Pessoa, enquanto o coronel Adami, candidato federalista, obteve 279. Para o conselho municipal entraram quatro pessoistas e dois adamistas. Cinco juizes de paz tiveram estes, contra onze pessoistas” (CAMPOS, 2006, p. 439).

A derrota no pleito municipal de 1899 não significou um enfraquecimento da influência ou um acomodamento dos *adamistas* na manutenção do poder municipal. Os *adamistas* recorreram ao senado baiano. Este recurso era contrário à legitimidade da posse do coronel Pessoa. O senado estadual deu recurso favorável aos *adamistas*. Ernesto de Sá Bittencourt e Câmara praticamente estendeu seu mandato (iniciado em 1896) até 1904 devido à anulação das eleições de 1899, ficando Pessoa na intendência municipal por um período de 8 meses (VINHÁES, 2001, p. 115).

Ribeiro expõe que os membros da família extensa Sá “ocuparam o poder municipal quase que ininterruptamente durante o século XIX e início do século XX” ocupando inclusive, os principais cargos públicos (RIBEIRO, 2005, p. 40). Entretanto, a força política dos *adamistas* enfraquece com o advento de J. J. Seabra ao governo estadual. Arthur Lavigne de Lemos, intendente *adamista* em 1912, foi deposto pelo interventor Bráulio Xavier<sup>3</sup>, peça importante na ascensão do “seabrismo”. Antonio Pessoa assume, então, a intendência municipal. Tem início o crescimento do domínio do pessoismo no município de São Jorge dos Ilhéus.

A despeito do enfraquecimento do poder político dos *adamistas*, não houve uma perda total da influência dos mesmos. Pela primeira vez em Ilhéus, tanto *adamistas* quanto *pessoistas* exerceram cargos relativos aos negócios públicos, posto que “os novos-ricos não destituíram completamente a aristocracia do poder político, já que o marido de uma das sobrinhas de Adami, João Mangabeira, fora eleito para legislatura federal e lá permaneceu” (MAHONY, op. cit. p. 755-756).

### **A “Gazeta” e a “Memória Sobre o Município de Ilhéus”**

“Foi uma victoria como nunca se viu maior nos faustos da historia politica desta comarca [...] Estavam vencidos e derrotados pelas urnas os *adamistas*; estava o povo que não se cabia de alegria e entusiasmo; estava por terra a *bastilha*.”

A leitura do texto acima citado revela o teor e efervescência da política no município de Ilhéus. O texto foi publicado na “Gazeta de Ilhéus” (1902) para relembrar

---

<sup>3</sup> Conforme CAMPOS, 2006, p. 502-503; RIBEIRO, 2001, p. 105.

os dois anos da intrincada disputa política que se deu no ano de 1900. Contudo, vale ressaltar que o redator-chefe do jornal era o coronel Pessoa.

Cabe-nos, no mínimo, conjecturar acerca da possibilidade de manipulação das informações noticiadas no jornal. Afinal de contas, a Gazeta defendia os interesses de quem? Anos depois, com a ascensão do coronel Antonio Pessoa à intendência, o mesmo encomenda a Francisco Borges de Barros a “Memória Sobre o Município de Ilhéus”.

Barros, nesta obra, destaca alguns serviços prestados pelo coronel Adami no período de sua intendência (1904-1908) e os reuni em apenas um parágrafo. Quando o mesmo vai expor serviços prestados por Antonio Pessoa, trata de enumerar 36 serviços em duas páginas (BARROS, 2004, p. 119-123).

Mahony (2007, p. 756) expõe que a “Memória” de Francisco Borges de Barros “narra a introdução do cacau na região e as contribuições heróicas dos fazendeiros novos-ricos para o progresso da cidade”. A obra de Barros remete a idéia de que os “novos-ricos” da cidade de Ilhéus (partidários do partido *peçoista*), tais como Misael Tavares e o próprio Pessoa, construíram fortuna com esforço braçal. Não obstante, a obra passa uma visão estreita e deturpada da história de Ilhéus porquanto desconsidera a ação das famílias tradicionais e a mão-de-obra escrava na construção da região cacauera da Bahia. Além do mais, esconde o fato de que, segundo Mahony, “muitos dos mais proeminentes peçoistas também tenham possuído escravos” instituindo Pessoa como líder “de uma campanha abolicionista em Ilhéus” (MAHONY, 2007, p. 757).

### **Considerações Finais**

Não cabe-nos julgar qual dos lados em questão foi melhor ou pior para Ilhéus, tampouco sentenciar os peçoistas por tentarem “reconstruir” a história local, excluindo a memória sobre os muitos anos de contribuições da aristocracia rural ilheense, na construção de uma identidade regional.

Compartilhando das palavras de Sousa (2001, p. 20), a construção da região cacauera se deu em estágios distintos. Num primeiro estágio, com a ação das famílias tradicionais do município, que, inclusive, possuíam outras atividades econômicas, a exemplo da exploração da lavoura açucareira que, aliás, estava em declínio na região.

Num segundo momento, os “desbravadores” adentraram na mata, expandindo o cultivo do cacau. Entre eles a família Pessoa e os migrantes de origem sergipana, só pra

citar exemplos. Devemos compreender a construção da identidade regional enquanto reflexo do exercício de poder destes grupos.

## Referências

BARROS, Francisco Borges de. **Memória sobre o Município de Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus: Editus; Fundação Cultural de Ilhéus, 2004.

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2006.

DOIS ANOS. **Gazeta de Ilhéus**, Ilhéus, p. 1, 21 ago. 1902.

FALCÓN, Gustavo. **Os Coronéis do Cacau**. Salvador: Ianamá/UFBA, 1995.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 10. ed. Vol. 2, São Paulo: Globo, 1995.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAHONY, Mary Ann. Um Passado Para Justificar o Presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. Tradução de: Ana Claudia Cruz da Silva. In: **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. Vol. 10, nº 18, jul.-dez. de 2007, p. 737-793.

\_\_\_\_\_. “Instrumentos Necessários”: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. Tradução: Raul Oliveira. In: **Afro-Asia**. nº 25-26. Salvador, 2001.

RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, Poder e Mito: o município de S. Jorge dos Ilhéus (1880-1912)**. Ilhéus: Editus, 2001.

\_\_\_\_\_. **Memória e Identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauzeira (1880-1950)**. Ilhéus: Editus, 2005.

SOUSA, Antonio Pereira. **Tensões no Tempo: a saga do cacau na ficção de Jorge Amado**. Ilhéus: Editus, 2001.

VINHÁES, José Carlos. **São Jorge dos Ilhéus: da capitania ao fim do século XX**. Ilhéus: Editus, 2001.

